

## **057ª SESSÃO ORDINÁRIA 22JUN15**

**(Texto com revisão final.)**

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** Registro a presença do Deputado Raul Carrion e do Embaixador do Vietnã no Brasil, Nguyen Van Kien.

Passamos à

### **TRIBUNA POPULAR**

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Estado do Rio Grande do Sul – Fetees-Sul, que tratará de assunto relativo aos projetos relacionados à terceirização.

O Sr. Celso Woyciechowski, Secretário de Administração e Finanças, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

**O SR. CELSO WOYCIECHOWSKI:** Sr. Presidente Ver. Paulo Brum, em seu nome saúdo todos os Vereadores e Vereadoras desta Casa; companheiro Claudir Nespolo, Presidente da Central Única dos Trabalhadores, em seu nome cumprimento todos os dirigentes sindicais que prestigiam esta audiência, este momento de grande debate sobre um tema extremamente importante e preponderante para o mundo do trabalho, que é a terceirização, ou seja, o PL nº 4.330/2004, que tramitou na Câmara dos Deputados - Câmara Federal - e que hoje se encontra no Senado como PLC nº 30/2015.

Agradeço este espaço da tribuna, para os trabalhadores poderem colocar aqui um pouco da sua opinião sobre esse projeto que tem várias características, quase todas elas extremamente danosas ao mundo do trabalho. Terceirização significa, ao nosso olhar, a precariedade total das condições de trabalho, significa o descaso com a vida dos trabalhadores e trabalhadoras; busca, num cunho muito direto para as empresas, a redução de custos simplesmente com a redução de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. Todos nós queremos um desenvolvimento que seja pactuado na priorização da vida, na igualdade de direitos, na distribuição de renda e na inclusão social, e que tenha, no cunho da distribuição de renda, em especial, a valorização do trabalho.

---

A terceirização tem sido tratada pelos defensores da flexibilização das relações de trabalho como modernidade, adotando como princípio a criação dos chamados gastos flexíveis, portanto, o trabalhador e a trabalhadora seriam, nas empresas, trabalhadores de custo variável.

Nós queremos aqui, com muita experiência nas relações de trabalho, colocar que essa modernidade certamente tenta instituir relações arcaicas de trabalho, ferindo de morte o preceito da igualdade entre trabalhadores e trabalhadoras. Do ponto de vista econômico, os aspectos buscam, na terceirização, levar à diminuição de custos com baixos salários e altas jornadas, um pouco mais do que significa precarização total das relações de trabalho. Do ponto de vista social, cria trabalhadores e trabalhadoras de segunda classe, o que, certamente, num país civilizado, não se aceitaria.

As empresas terceirizadas abrigam as populações mais vulneráveis do mercado de trabalho: negros, mulheres, jovens, especialmente os que se encontram nas situações mais desfavoráveis, talvez os únicos que se submetam a esse tipo de emprego totalmente precário. Ao contrário do que muitos afirmam, que terceirização gera emprego, todos os estudos constatarem justamente o contrário, ou seja, isso é uma falácia. Esses empregos, que dizem que seriam criados, teriam que existir para podermos manter a produção e os serviços e, possivelmente, os trabalhadores serem contratados diretamente. Na verdade, a empresa que terceiriza gera trabalho precário, mais horas de trabalho, um ritmo de trabalho exaustivo, reduzindo, dessa forma, postos de trabalho. Queremos, sim, a regulamentação da terceirização que existe pela via da igualdade de direitos e pela qualidade de vida das quais hoje são vítimas vários trabalhadores e trabalhadoras pela prática desse mercado de trabalho. Simplesmente, para compararmos um pouco o que significa o trabalho terceirizado, hoje, segundo dados oficiais, 26,8% dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros encontram-se nesse quesito de trabalhadores terceirizados, que recebem, em média, 24,7% menos do que os trabalhadores contratados diretamente, e a grande maioria, ou seja, 51,3% recebe até dois salários mínimos. Esses trabalhadores e trabalhadoras exercem uma jornada de trabalho também superior, em média três horas a mais do que a dos trabalhadores contratados diretamente. Então, isso acaba com aquela falácia de que a terceirização gera emprego. Somente com esse modelo de carga horária maior, de trabalho exaustivo, se fizermos uma conta simples, poderíamos ter criado um modelo de contratação direta com 882.959 novas vagas de trabalho, que são suprimidas

---

pág. 2

---

pela terceirização com uma jornada de trabalho excessiva. Também o tempo de emprego dos trabalhadores e trabalhadoras na terceirizada diminui assustadoramente: enquanto a média de tempo que os trabalhadores permanecem em seus locais de trabalho é de 5,8 anos, nos terceirizados isso baixa para 2,7 anos. Portanto é um atentado, também, contra qualquer tentativa de carreira, de profissionalização, de busca de estabilidade de vida.

A rotatividade nos terceirizados também é uma coisa que assusta enormemente, pois 64,4% é a rotatividade nos terceirizados, quando, em contrapartida, nos trabalhadores contratados diretamente baixa para 33%. Qual a consequência de tudo isso? Certamente são grandes as consequências: desorganiza o trabalho, desorganiza a vida, torna os trabalhadores e as trabalhadoras mais vulneráveis a todas essas situações. E, além disso, a terceirização traz outras faces, como, por exemplo, o calote que as empresas terceirizadas dão aos trabalhadores e às trabalhadoras, especialmente no fim dos seus contratos.

Além disso, mais perverso do que o calote é o ataque à vida e à saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras. Para termos uma ideia, a cada cinco mortes por doenças e acidentes de trabalho, quatro delas são de trabalhadoras e trabalhadores terceirizados. Nas obras da Copa, para termos uma outra ideia, nós tivemos oito óbitos por acidentes de trabalho de trabalhadoras e trabalhadores terceirizados. Portanto, nós precisamos repensar e olhar com muita responsabilidade esse tema da terceirização para não afundarmos de vez nesse mundo da precarização e da desigualdade que esse projeto tenta buscar. Além da discriminação nos locais de trabalho, os trabalhadores terceirizados sofrem a discriminação de não frequentar o mesmo refeitório, não usar o mesmo transporte coletivo, não usar o mesmo uniforme que os trabalhadores da ativa. Portanto, a discriminação é extremamente forte nesse mundo da terceirização.

Qual o futuro desses trabalhadores? Qual a carreira de trabalho? São fatores que ultrapassam as questões financeiras e de saúde nas relações de trabalho e atingem a dignidade humana dos trabalhadores e trabalhadoras, além de que essa segregação interfere fortemente na solidariedade entre trabalhadores e trabalhadoras, dificultando a organização sindical, a negociação coletiva, reduzindo o direito dos trabalhadores e trabalhadoras terceirizados.

A CUT e as centrais sindicais, que defendem uma regulamentação da terceirização que existe hoje, defendem um regramento muito forte, como por exemplo, a proibição da

---

terceirização na atividade fim; que, nas ações de trabalho relativas à atividade fim da empresa, não possa haver pessoa jurídica contratada; que a empresa tomadora deva garantir aos empregados de prestadoras de serviço que atuem nas suas instituições físicas e não em outro local por ela determinado; que a empresa deva fornecer informação prévia aos sindicatos em seus projetos de terceirização e essas informações devam ser fornecidas com, pelo menos, seis meses de antecedência. Portanto, algumas normas que precisaríamos ter para tornar a vida daqueles que hoje são terceirizados mais digna, na busca direta, correta e responsável da igualdade de direitos.

Queremos, Presidente Ver. Paulo Brum, deixar a esta Casa um dossiê, elaborado pela Central Única dos Trabalhadores, que trata da terceirização e desenvolvimento. Essa conta não fecha. Queremos ver, muito fortemente, também aprovada nesta Casa, uma moção, um documento que se posicione pela dignidade dos trabalhadores e trabalhadoras, que se posicione pela igualdade de direitos entre trabalhadores e trabalhadoras e contrário à terceirização.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony assume a presidência dos trabalhos)

**A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony):** Convidamos o Sr. Celso a fazer parte da Mesa. Recebemos, então, o documento dos companheiros: “Uma conta que não fecha: Terceirização e Desenvolvimento”; e já absorvemos, aqui, a demanda trazida do movimento sindical e representada pelo companheiro da CUT de que tenhamos um documento desta Casa, no sentido de um posicionamento concreto em relação ao significado nocivo da terceirização. Levaremos à Mesa Diretora da Casa.

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; Celsinho e sindicalistas presentes, no ano passado, esta Casa, por sugestão nossa e da maioria dos Vereadores, encaminhou ao Congresso Nacional uma moção contra a terceirização. Esta Casa já encaminhou um projeto contra a terceirização; então, nós ratificamos a posição desta Casa. Achamos que a terceirização, num todo, principalmente no setor público, vem escravizando os trabalhadores na área da saúde e na área da educação,

---

atingindo principalmente a população, quem mais usa o setor público. Temos exemplos nas prefeituras, temos exemplos na maior empresa brasileira, que é a Petrobras, onde há 460 mil operários e 320 mil são terceirizados. Há o caso da GM, onde os operários não podem usar o ônibus, não podem usar o refeitório. Isso acontece na Pirelli, também.

Nós apresentamos ao projeto quatro emendas que garantem direitos aos trabalhadores de usarem o refeitório e o transporte, e, principalmente, que garantem o direito aos trabalhadores, na hora de serem demitidos, de que a empresa seja parceira solidária.

Agora, continuamos lutando para que esse projeto seja modificado no Senado e que seja principalmente vetado, caso aprovado, pela Presidente Dilma Rousseff. Quando este projeto estava sendo discutido no Congresso, o Governo apresentou somente cinco emendas. Todas essas emendas eram arrecadatórias, nenhuma delas era em defesa dos interesses dos trabalhadores. Nós não nos furtamos de discutir, não nos furtamos de enfrentar esse Congresso conservador, esse Congresso empresarial, que tem as bancadas das empreiteiras e dos frigoríficos, e que vem atropelando os direitos dos trabalhadores.

Continuamos com a nossa posição, que encaminhamos nesta Casa, de sermos contra a terceirização, como também encaminhamos nesta Casa e aprovamos apoio às quatro emendas que apresentamos em relação a esse projeto. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony):** O Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**O SR. ENG<sup>o</sup> COMASSETTO:** Sra. Presidenta dos trabalhos, Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony; meu amigo e parceiro, companheiro Celsinho, quero cumprimentá-lo e cumprimentar a Central Única dos Trabalhadores, bem como todas as entidades aqui presentes. O Projeto de Lei nº 4.330 é, sem dúvida alguma, um retrocesso nacional nos direitos dos trabalhadores. Primeiro, porque rasga a CLT, um projeto que se iniciou lá com Getúlio Vargas e que é um pilar, um sustentáculo da relação capital/trabalho no Brasil e que, neste momento, com esse projeto de lei, que já passou na Câmara dos Deputados, da forma como foi votado, e que agora vai para o Senado... Quero registrar que logo após, na Ordem do Dia, estaremos votando uma Moção de Repúdio ao Projeto nº 4.330, para ser enviada ao

---

Senado Federal. Registro que continuará o debate aqui neste plenário, na Ordem do Dia, e cumprimentar a Central Única dos Trabalhadores que, desde o primeiro momento, não vacilou, foi para as ruas e que, neste momento, praticamente unifica o movimento sindical e trabalhista contra o Projeto nº 4.330. Esta é uma luta de todos nós: do Parlamento, da sociedade e dos trabalhadores. E queremos que os direitos não só sejam mantidos, mas que se avance na conquista dos direitos dos trabalhadores. Um grande abraço, vida longa à luta e aos trabalhadores!

(Não revisado pelo orador.)

**A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

(O Ver. Delegado Cleiton assume a presidência dos trabalhos.)

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Boa tarde, companheiros, companheiras; Ver. Delegado Cleiton, que preside os trabalhos; Celsinho, que representa a CUT; conjunto das lideranças dos trabalhadores, quero dizer do verdadeiro ataque brutal que foi cometido contra os trabalhadores na Câmara Federal e que agora vai para o Senado, que representa um retrocesso em relação à CLT e ao mínimo de direitos trabalhistas que nós temos no Brasil. O argumento é de regulamentar os 12 milhões, mas já são regulamentados pela súmula do Supremo, e obviamente tem-se comprovado uma das formas de burlar direitos dos trabalhadores, pagar baixos salários, e, como bem trazido pelo Celso, a cada cinco acidentes de trabalho, quatro são de trabalhadores terceirizados. Nós vemos, corriqueiramente, aqui no Município, atraso de salários - as terceirizadas, muitas vezes, têm o repasse e não pagam os trabalhadores, declaram falência e não pagam. É sempre uma luta garantir os direitos trabalhistas, nós já vimos isso com as merendeiras do Município de Porto Alegre, Ver. Cecchim; vimos na saúde, quando houve uma greve dos porteiros dos hospitais e pronto atendimentos, que não receberam seus salários; vimos, na Câmara de Vereadores, o atraso no pagamento, há uns dois meses, da empresa terceirizada que cuida da limpeza. Então, nós queremos aqui registrar nosso repúdio ao PL nº 4.330. Ainda há tempo de lutar, dia 15 de abril houve uma importante greve geral; dia 29 parou Porto Alegre, pararam várias cidades brasileiras para

---

demonstrar o repúdio dos trabalhadores a esse projeto de retirada de direitos. E nós precisamos mudar a correlação de forças para derrotar esse projeto no Senado, assim como derrotar os ajustes que estão sendo impostos para a classe trabalhadora pelo Governo Dilma e pelo Ministro Levy, como a dificuldade ao acesso do seguro desemprego, a falta de negociação dos trabalhadores técnicos administrativos das universidades federais e professores, que estão em greve neste momento, como a tentativa de repassar para as costas dos trabalhadores a irresponsabilidade da elite brasileira, dos empreiteiros, banqueiros e daqueles que querem seguir lucrando às custas dos trabalhadores e das trabalhadoras. Cumprimento essa luta; estamos juntos contra a terceirização e queremos estar juntos contra os ajustes do Governo Dilma e do Ministro Levy.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton):** A Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**A SRA. JUSSARA CONY:** Ver. Cleiton, é importante a sua presença neste momento, presidindo esta Sessão, por se perfilar sempre ao lado da luta dos trabalhadores. O Ver. Ferronato me pediu que falasse também em nome do PSB. Eu falo aqui, então, em nome do meu partido, o PCdoB, e em nome do PSB, mas vou dizer aquilo que o PCdoB pensa e que acho que se afina com o companheiro Ver. Ferronato!

Em primeiro lugar, acho muito importante estarmos nesta Sessão, nesta Tribuna Popular, Celsinho, me permita chamá-lo assim, porque é um nome conhecido das lutas históricas. E aqui, além das centrais sindicais, destacando aqui a CUT e a CTB, temos muitas companheiras e muitos companheiros do movimento popular, do movimento comunitário da luta de todo o dia. Poderia citar como exemplo a Bruninha, que é a presidente da UAMPA. Como esse PL nº 4.330 entra em votação? Entra em votação desarquivado pelo Sr. Eduardo Cunha, que eu tenho chamado de desengavetador-mor de projetos que significam retrocesso para a Nação brasileira no Congresso mais conservador da história deste País, levando em consideração a atual etapa da luta de classes em nosso País. Esse PL nº 4.330 é um projeto que atinge os trabalhadores, atinge as mulheres trabalhadoras e as mulheres de uma forma geral, atinge áreas estratégicas, sob o ponto

---

de vista de políticas públicas, como a área de saúde, de educação, atinge os direitos humanos. O que está sendo feito no Congresso atinge as reformas estruturantes que a Nação precisa para o seu desenvolvimento, para a sua soberania, para a democracia, como por exemplo, os últimos episódios relativos à contra-reforma política do Congresso Nacional. Então é um pacote contra o desenvolvimento, contra a soberania e contra a democracia na Nação brasileira. Quero dizer, companheiros, que a presença de vocês nesta Tribuna Popular é muito importante, porque esta Câmara Municipal tem uma história importante de lutas. Eu acho que neste momento, ressaltadas, muitas vezes, algumas pequenas diferenças, a unidade de ação do povo brasileiro e das centrais sindicais têm mostrado isso, é em defesa do Brasil, em defesa da soberania e em defesa da democracia, numa frente ampla de luta contra aqueles que estão retirando as conquistas históricas dos trabalhadores. Para mim o PL nº 4.330 põe por terra um século de luta dos trabalhadores brasileiros, e no momento em que se acirra a desestruturação, sob todos os aspectos, do sistema capitalista, então aí vem esse tipo de projeto no Brasil, de terceirização, que é o desmonte inclusive do nosso movimento sindical brasileiro. Então, mais do que nunca, a unidade dos trabalhadores em torno da democracia, da soberania e em defesa do Brasil. Este projeto arrebenta com a vida dos trabalhadores, dos homens e mulheres deste País; este Projeto é antagônico à Nação Brasileira. Portanto, a presença de vocês nos dá também a dimensão do papel desta Câmara Municipal, do papel dos legislativos para garantir conquistas históricas dos trabalhadores e do povo brasileiro. É isto, companheiros!

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Paulo Brum reassume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

**O SR. ALBERTO KOPITKE:** Sr. Presidente, Ver. Paulo Brum; companheiro Celso em seu nome saúdo aqui todos os companheiros e companheiras sindicalistas que aqui se encontram, da CUT e das demais centrais sindicais. Saúdo o Presidente do meu Partido em Porto Alegre, Rodrigo Oliveira. Como as palavras da Ver.<sup>a</sup> Jussara muito bem



---

trouxeram a importância do tema, creio que em nome da oposição cabe apenas destacar exatamente a que serve o atual momento político, em que volta ao Brasil o discurso neoliberal no seu ápice. Não é à toa, caro Celso, que o discurso contra os direitos trabalhistas vem ao lado da redução da maioria penal. É uma mesma concepção de sociedade, uma concepção que realmente quer acabar com os direitos trabalhistas e encarcerar a juventude da periferia, encarcerar os sonhos da juventude do País, os sonhos do País com crescimento, com geração de emprego e distribuição de renda. Esse é o único objetivo do atual momento político. E é em relação a ele que temos que nos unir, porque mais uma vez na história do Brasil – e aqui falo também em direção aos companheiros do trabalhismo do PDT, do PTB, que já provaram ao longo da história nos idos de 54, a mesma sede contra os direitos trabalhistas, contra a política e em favor da desregulamentação dos direitos. Vamos, unidos, lutar a favor dos direitos dos trabalhadores do Brasil. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Queríamos aproveitar o tempo de liderança do PT para tratar deste tema importante, um divisor de águas na vida dos trabalhadores deste País. Estamos vendo quem fazia isso. Então, quero cumprimentar o Celso, Secretário de Administração e Finanças da Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Estado Rio Grande do Sul; cumprimentar as lideranças que aqui estão - lideranças trabalhistas, trabalhadores, trabalhadoras, que fazem uma heróica marcha de luta e resistência contra um Congresso Nacional que, lamentavelmente, ao invés de honrar a Constituição brasileira, ao invés de honrar a trajetória dos brasileiros e brasileiras que vêm construindo direitos, que vêm enfrentando as desigualdades neste País, que vinha produzindo um alargamento na educação, na formação técnica profissional na infraestrutura deste País, para que os trabalhadores participem de destino novo para o nosso País. O Congresso Nacional, oriundo das urnas no ano passado, é dirigido por uma Presidente que desengaveta as piores iniciativas e impõe uma agenda de retirada de direitos neste País. Não é aceitável que o Brasil, dando exemplo para o mundo, nas suas

---

conferências, exemplo para o mundo no enfrentamento da fome e da miséria, tenha essas iniciativas no Congresso Nacional. E nós sabemos que é resultado, sim, de um sistema que, lamentavelmente, o poder econômico tem mais poder e influência do que o voto soberano da cidadania e da democracia, previstos na Constituição. Esse Congresso é resultado do domínio de setores estratégicos, setores econômicos que têm bancadas suprapartidárias, que estão acima das ideologias, que estão acima das idéias dos Partidos, Ver. Idenir Cecchim, dos programas de governos partidários. E essa iniciativa que retira dos trabalhadores, o que ainda não se concretizou neste País, que é a CLT, que não se concretizou plenamente com os direitos respeitados, com carreira, com trabalho seguro e bem remunerado, que não se constituiu plenamente ainda, que é o estado de bem-estar social. Essa iniciativa de retirada é uma reação a este País que vinha construindo direito; é uma reação dos privilegiados de sempre, é uma reação de quem percebe que agora é a hora de construir redistribuição de renda e não apenas distribuição, como vinha se fazendo neste País. E os trabalhadores e trabalhadoras que aqui estão sabem o que está em risco, pois nós já vivemos e convivemos com a exploração da atividade-meio, que é a terceirização, e Porto Alegre não está longe disso – esse debate aqui, nesta Casa, volta muitas vezes. Nós temos milhares de trabalhadores e trabalhadoras em Porto Alegre, Celso, que é uma liderança sindical, que convivem com a insegurança da demissão a cada contrato, a cada contratação temporária, a cada nova licitação. Trabalhadores que convivem com a insegurança se vão receber no final do mês, se vão receber no dia, se vão receber vale-transporte e vale-alimentação, que convivem com a possibilidade real, repetida e sistemática de a empresa dar o calote, desaparecer, não dar o aviso-prévio, não fazer a rescisão no final dos contratos e os funcionários, os trabalhadores e as trabalhadoras, terem que entrar na Justiça, acionarem sindicato para receber direito: direito a férias, direito a 13º salário, como tem acontecido aqui aos milhares. Como aconteceu com a educação, no final do ano passado, aqui em Porto Alegre, quando quase mil mulheres, na sua maioria, tiveram simplesmente o sumiço da empresa contratante, intermediadora da mão de obra terceirizada. Essa é a realidade dos terceirizados aqui, em Porto Alegre, no Brasil; isso que é terceirização.

E, ao invés de o Congresso, saindo das urnas, numa nova experimentação democrática, responder aos problemas dos trabalhadores deste País, regularizando, diminuindo a contratação terceirizada, como nós queremos fazer aqui no Plano Municipal de Educação.

---

A Prefeitura e a SMED mandaram para cá uma Mensagem Retificativa, Ver. Janta, retirando o fim da terceirização na educação, que saiu deliberado, votado no Congresso Municipal de Educação e que veio para esta Casa. O Governo quer retirar essa determinação do Plano, da construção coletivo, para terminar a terceirização da limpeza e da cozinha dentro das escolas municipais da limpeza. E nós não queremos mais esse retrocesso! Nós achamos que o País precisa construir mecanismos que libertem os mandatos do poder econômico, mecanismos que obriguem o Supremo Tribunal Federal, a Justiça, a terem transparência, a votarem; como esperamos, há mais de seis meses, que o Dr. Gilmar Mendes devolva o processo em que a OAB requereu a inconstitucionalidade; já tem seis votos a favor da inconstitucionalidade da contribuição de empresas, porque é isso que determina. Se as empresas elegem seus representantes, quando é que o trabalhador terá os seus direitos respeitados? Esse avanço no processo de terceirização é resultado desse sistema político, que precisa ser transformado, mas não para instituir e regularizar a contribuição de empresas, como fez Eduardo Cunha numa manobra ilegal e que nós vamos derrubar, mas, sim, para libertar os mandatos e para os trabalhadores sentirem que a democracia brasileira os representa.

E essa jornada que a Central Única dos Trabalhadores e outras centrais levam a Brasília e pelo Brasil inteiro será uma jornada de construção desta constituição da ampliação de direitos na Constituição; será uma jornada que trabalha, sim, com a reforma do Estado brasileiro, com a transparência do Judiciário, com a reforma política popular e democrática por um plebiscito popular para perguntar ao povo brasileiro o que quer do seu sistema político, por uma constituinte exclusiva que eleja deputados livres do compromisso de se reelegerem, para que, de fato, escrevam um novo sistema político que represente a luta social e a luta de resistência deste povo brasileiro.

A Bancada do Partido dos Trabalhadores, Ver. Comassetto, Ver. Kopittke e Ver. Sgarbossa, está na luta, está na rua e está na marcha para que não avance a terceirização e, mais do que isso, para que não avancem medidas que querem encarcerar a nossa juventude, para que não avancem medidas que querem aprisionar, obrigar e normalizar o corpo das mulheres, dos homens e mulheres deste País; para que não avancem iniciativas como a que veio para esta Casa, de definição de que homem é homem e mulher é mulher, e que não existe outra opção sexual.

---

E eu encerro dizendo que o Brasil não merece esse Congresso retrógrado. Viva a luta dos trabalhadores! Que a Constituição brasileira e a democracia estejam à altura da luta dos trabalhadores e trabalhadoras deste País!

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** Agradecemos a presença do Sr. Celso Woyciechowski, representante da Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Estado do Rio Grande do Sul – Fetees-Sul. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h06min.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** (15h07min) Estão reabertos os trabalhos.

**O Sr. Alberto Kopittke (Requerimento):** Presidente, conforme conversa com o Ver. Ferronato e demais Lideranças, requeremos a transferência do período de Grande Expediente para a próxima Sessão.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** Em votação Requerimento de autoria do Ver. Alberto Kopittke. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(15h10min) Havendo quórum, passamos à

## **ORDEM DO DIA**

**O Sr. Marcelo Sgarbossa (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à votação do Requerimento nº 041/15. Após retornaremos à ordem normal.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

---

Em votação o Requerimento nº 041/15. (Pausa.) O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 041/15, como autor.

**O SR. ENGº COMASSETTO:** Muito obrigado, Sr. Presidente; quero aqui iniciar agradecendo aos colegas Vereadores e ao Líder do Governo, Ver. Reginaldo Pujol, por darem o acordo para votarmos de imediato a Moção de Repúdio ao Projeto de Lei nº 4.330/2004, que tramita no Congresso Nacional.

Quero cumprimentar as entidades que estão aqui presentes, a entidade dos trabalhadores, representada pela CUT, na pessoa do Presidente Cladir Nespolo, e todos os trabalhadores da assistência social, que estão aqui justamente buscando a parceria com o Governo do Município, para que sejam vistos e atendidos no seu potencial. Essa Moção é extremamente importante, porque esse é um movimento que está acontecendo em todo o Brasil. Em todas as Câmaras de Vereadores buscamos uma orientação para o posicionamento a respeito da polêmica que está estabelecida e da essência do Projeto de Lei nº 4.330/2004, que trata sobre a terceirização.

A terceirização vem para desconstituir um conjunto de avanços, conquistas de décadas dos trabalhadores deste País, que se iniciou no século passado com o Governo de Getúlio Vargas, que instituiu a CLT. A partir dali, todo um arcabouço de legislação foi firmado e construído neste País; todo um marco jurídico e legal foi instituído, constituído, e isso avançando, passo a passo. Os trabalhadores brasileiros têm uma agenda propositiva, até porque a valorização do trabalho se dá não só na valorização do salário, mas também na valorização das condições de trabalho, na questão dos recursos humanos sendo qualificados, na questão dos serviços públicos – transporte, saúde, educação – ao alcance dos trabalhadores.

Todos nós aqui lembramos que, há 10 anos, a palavra de ordem era que o salário mínimo deveria alcançar os U\$ 100,00. Hoje, quando ultrapassa os R\$ 300, isso não pode retroceder. A terceirização remete a esse retrocesso, porque não tem as relações e a proteção constituída legalmente, dentro da legislação, para amparar os trabalhadores da terceirização. Esses trabalhadores ganham salários menores, não têm as condições sociais garantidas, sejam elas de saúde ou de aposentadoria, que venha qualificar esta relação. A terceirização explode toda a organização social, sindical, que existe dentro das categorias, e é uma conquista. E isso não pode ser desconstituído de um momento para o

---

outro. Portanto, Sr. Presidente, é importante esta Câmara se posicionar, neste momento, para que seja enviado ao Senado Federal, ao Presidente Renan Calheiros, para que ele possa receber da Câmara Municipal de Porto Alegre, junto com a sua população, representada que já foi hoje aqui na Tribuna Popular pela Central Única dos Trabalhadores, nós dizermos em alto e bom som: não podem retroceder as conquistas dos trabalhadores neste País! A relação trabalho/capital não pode ser desequilibrada. Não pode a balança pender só para um lado, da defesa ou dos direitos dos empresários, do direito daqueles, e do capital. Nós queremos é o equilíbrio. Com equilíbrio, Ver. Cecchim, tudo avança. Portanto, venho aqui dizer, que esta discussão tem que existir, esse debate não é um debate que, como um passe de mágica, se muda tudo. Pode haver transições? Pode. Sem tirar direitos dos trabalhadores. Pode haver transição? Pode. Mas que aumente os direitos, que aumente o poder de compra. Ainda tem a luta, não é só a perda de direitos, mas nós precisamos avançar também nas conquistas. Na Europa, a carga horária é 36 horas e 40 horas. Por que no Brasil não pode ser na mesma dimensão? E essa também é uma luta histórica. Para concluir, Sr. Presidente, venho pedir aos colegas Vereadores e Vereadoras, que venhamos aprovar - não como disputa - mas por unanimidade desta Casa, esta Moção, para enviar ao Congresso Nacional, ao Senado Nacional para dizer: a Lei nº 4.330 não passará e os direitos dos trabalhadores deverão ser mantidos e garantidos. Um grande abraço e boa luta.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 041/15.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós esperamos que esta Câmara aprove, mais uma vez, uma Moção de Repúdio ao PL nº 4.330, o projeto das terceirizações. Eu tenho dito e escrito nos meus artigos que se tem uma coisa em que o Eduardo Cunha, Presidente da Câmara, é campeão é em pautar projetos conservadores ou projetos reacionários e projetos que atacam o direito dos trabalhadores de um modo global. Foi assim no Projeto nº 4.330, que permite a flexibilização e a terceirização de qualquer atividade, seja ela atividade-meio ou fim nas empresas, sejam empresas públicas ou privadas. Quando se implementou, lá na

---

década de 1990, a terceirização no Brasil, também se começou pelo setor privado, e hoje nós vemos a mesma coisa no setor público: a terceirização da portaria, a terceirização da limpeza, pagando baixos salários para os nossos trabalhadores da limpeza; a terceirização da lavanderia nos hospitais, e vocês sabem como é temerário e como é importante ter uma política permanente de fiscalização e de garantia de direitos para os nossos trabalhadores da lavanderia.

Nós vimos avançar uma contrarreforma política que legalizou o financiamento empresarial das campanhas eleitorais, enquanto o Gilmar Mendes estava lá sentado em cima do processo aberto pela OAB, que mostra como é inconstitucional o financiamento privado. O Eduardo Cunha perdeu a votação e fez um contragolpe, para poder garantir que as empresas sigam pagando as campanhas eleitorais. E vocês sabem que a maior parte são as grandes empreiteiras, os frigoríficos, os bancos, os ruralistas, e nada vem à toa. Querem rever, com a PEC nº 215, a demarcação das terras indígenas e quilombolas, querem que não se mexa no que é central para discutir o tema da política econômica do Brasil, que é fazer uma auditoria na dívida pública, rompendo com essa lógica de que a sexta economia do mundo destina 50% do orçamento para financiar os parasitas do sistema financeiro e não para investir na educação, na assistência, na cultura. Nós falávamos agora com a Rose, do Mais Educação, e hoje de manhã também: pagam-se R\$ 300 para um oficineiro do Mais Educação nas nossas escolas, enquanto isso, paga-se a maior taxa de juros para os banqueiros no País. E é por isso que nós falamos sempre que, para romper a crise econômica, é fundamental rever essa pirâmide; é fundamental garantir que os banqueiros paguem a conta da crise; que as empreiteiras, que os grandes capitalistas sejam os ajustados. Mas o que estamos vendo no Brasil é o contrário, querem impor os ajustes aos trabalhadores com o aumento da luz, por exemplo, que todos sentimos na pele a partir de janeiro, em todos os meses, isso seja para os de casa, seja para os do setor do comércio. Isso também tem a ver com a privatização e com a terceirização, com recurso fundamental, porque quando foi para privatizar a energia elétrica, eles seguiram a lógica de garantir lucros exorbitantes. E quando o setor privado diz que não está tendo uma boa margem de lucro, o que vemos é o aumento das tarifas, o aumento da gasolina, o aumento do valor dos alimentos, justamente por não se fazer uma reforma agrária e não se ter um modelo de agricultura centrado no agronegócio e na exportação. Portanto, precisamos fazer esse debate de fundo. E o Eduardo Cunha,

---

pág. 15

---

somado com o ataque ao estado social como projeto da terceirização, está promovendo um aumento do estado penal na mesma proporção com um projeto absurdo da maioria penal, eivado de mentiras. Quando, na verdade, existe uma legislação como o ECA, que garante a proteção da criança, bem como o cumprimento de medidas socioeducativas, inclusive com a privação de liberdade em casos de crimes contra a vida, em caso de crimes hediondos. Então, estamos vivendo um momento de grandes falácias, de tentativas de retirada de direitos da classe trabalhadora, de tentativa de repassar a conta do reajuste dos trabalhadores. É necessário resistir e repetir a votação de hoje, mais uma vez, repudiando o PL da terceirização para nos somarmos à luta nacional, para melhorar e aumentar a correlação de forças a favor dos trabalhadores e contra os grandes capitalistas.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** A pedido do Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto, registramos a presença do Sr. Igor Prazeres, Diretor da Fundação Cultural Palmares. Também o Ver. Márcio Bins Ely solicita os cumprimentos à Sra. Veronica Rutkay Pereira, Cônsul Honorária da Hungria e ao Sr. Armando Pinto Fontoura, 1<sup>o</sup> Vice-Presidente do Sindimóveis. Sejam todos bem-vindos.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 041/15.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a terceirização realmente está gerando muita discussão, Ver. Villela, e muitas contradições. Eu ouvi o discurso muito inflamado da Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony contrário à terceirização, mas, cinco minutos antes, eu a ouvi fazer um outro discurso tão inflamado ou mais do que esse para o embaixador do Vietnã, cuja legislação trabalhista é tão absurda que até as empresas da China estão se mudando para lá. Querem maior contradição do PCdoB ou da Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony do que esta? Aplaudem o embaixador que sufoca os trabalhadores no Vietnã – sufoca! E as empresas da China acham tão frouxa a legislação do Vietnã em favor dos trabalhadores que se mudam para lá. Essa é uma contradição enorme!

Agora, há uma outra confusão. Não dá para confundir terceirização com cooperativas que trabalham nas portarias, na limpeza. Essas, sim, não têm direito a nada! Ao contrário da



terceirização. Ex-Presidente da CUT, eu sou um terceirizado e sempre paguei e pago todas as minhas obrigações! Então, não é bem assim essa balela de que não pago. Alguns são ruins, assim como existem sindicatos que exploram os trabalhadores, cobram um dia de trabalho dos trabalhadores e não gastam...

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Eu sei! Eu sei. Com todo o direito, vocês podem reclamar. Sindicalista pode reclamar porque é sindicalizado e tem o direito.

Então, só que temos que falar a verdade aqui! Tem gente que desvia e tem gente que trabalha sério! Agora, toda essa confusão está ocorrendo em um Governo que era para ter a grande maioria, porque, se depender do mensalão, do petrolão, eles teriam toda a base comprada, e é ali que estão perdendo. Tirar de trabalhador é roubar, como estão roubando na Petrobras e em outros lugares! É roubar do sindicato, dos Correios! Quebraram o fundo dos Correios! Quem quebrou os Correios?! Então, nós temos que cuidar muito...

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** Senhores, por favor, vamos ouvir o Vereador que está na tribuna. O Vereador tem livre expressão na tribuna.

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Podem! Eu acho que, diferenciando as cooperativas e/ou terceirizações, já está bem. Como eu não vou discutir razão com gritaria, encerro o meu pronunciamento. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 041/15.

---

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** Primeiro, uma boa tarde a todos e a todas. Quando levantamos que nós temos que rever a nossa política de alianças, isso fica aqui escancarado. O Ver. Cecchim é do PMDB e conta com o Vice-Presidente da República, e, no entanto, eu diria que é um jogo fácil, porque critica lá, mas está junto... Então não se posiciona, mas também não larga o osso. Aliás, não larga o osso faz anos, Vereador! Desde a redemocratização, ele nunca mais largou osso! Se nós aqui fizemos a conexão – vários já falaram –, veremos que o Eduardo Cunha aproveita o momento para encaixar vários projetos reacionários. No *site* da Câmara dos Deputados há uma pesquisa para consultar o que é família: se família tem que ser um pai, uma mãe e filhos. Quer dizer, um homem, uma mulher... Um outro agrupamento diferente disso não é família. Então é só para dar um exemplo de quão reacionário, do quanto é camaleônica essa posição de um partido que tem uma grande contribuição. Quero fazer um registro: os partidos, como diz sempre aqui o Alberto Kopittke, são instituições, precisam ser respeitados, mas precisam se posicionar também. Vir aqui e fazer uma fala camaleônica, que eu digo, e estar junto no Governo? Então essas são as nossas contradições, e nós precisamos ter uma política para conseguir governar, mas não é fácil. O Ver. Cecchim escancara um pouco das nossas contradições aqui, de estar nesse Governo de coalizão, chamado presidencialismo de coalizão. Nós estamos aqui votando uma moção de repúdio, e, muitas vezes, alguns Vereadores votam contra as moções de repúdio porque dizem que repúdio é uma palavra muito forte, mas, neste caso, não tem de ser diferente, é repúdio, sim.

O projeto das terceirizações não deveria ser um projeto de situação, oposição, esquerda ou direita; isso tem a ver com as relações de vida das pessoas. Talvez, o Ver. Cecchim – não sei quantos empregados tem na sua empresa, espero que eles recebam um tratamento humanizado, diferenciado – não faça essas discriminações como o Celso disse aqui, ou seja, uniformes diferentes, refeitórios diferentes, isso vai acabando com aquela relação... Vejam, nós ficamos a maior parte do nosso dia dentro do local de trabalho, nós ficamos mais na empresa ou no local de trabalho do que com as nossas próprias famílias. Então, esse é o local central das relações, é o local central majoritário que o sujeito passa o dia. A terceirização vem para acabar com isso, ou seja, transforma o trabalhador novamente num objeto.

---

Eu posso trazer outros argumentos que já foram reprisados na tribuna, mas o que, de fato – por isto ganha adeptos e contrários, seja de que partido, seja de que ideologia for –, as pessoas se dão conta é que ele termina com a ideia central de uma relação saudável, uma relação produtiva, equilibrada entre empregado e empregador. Terminar com essa possibilidade é terminar justamente com um pouco mais, em tempos de pós-modernidade, em que as relações são muito fluidas... Todos sabem que, há algumas décadas, um sujeito, quando era contratado, tinha uma geração naquela empresa, aquilo era um projeto de vida! Seus pais, seus avós tinham passado por aquela empresa, havia toda uma relação, quer dizer, o sujeito não se sentia um empregado no sentido negativo de ter de trabalhar para o outro, era a missão da vida dele. Com as terceirizações, temos um ponto final nisso, isso termina. Hoje estou aqui, amanhã estou lá; não tenho mais contato nenhum. Se eu for empregado de alguém ou empregador de outro, não há mais sentido nenhum.

Confesso que a fala do Ver. Cecchim foi tão desequilibrada, tão provocativa, inclusive dizendo que dava o direito de as pessoas se manifestarem. Ver. Cecchim, esse direito as galerias têm, não precisa o senhor conceder a elas. As pessoas estão aqui, podem se manifestar quando quiserem. Então, não tenha isso como uma bondade da sua parte, porque é da democracia se manifestar, é da democracia, também, rever políticas de aliança. Espero que o nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, tenha uma posição mais firme nas próximas eleições. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 041/15, pela oposição.

**O SR. ALBERTO KOPITTKE:** Caros colegas; caros companheiros sindicalistas que aqui estão e honram esta Casa, eu queria dizer para vocês não se sentirem ofendidos pela fala do Ver. Cecchim, porque, há 15 dias, numa manifestação dos municipais, ele os chamou, com as galerias lotadas, de vagabundos. Então, não se sintam ofendidos, porque este é o nível do nosso colega quando ele vê trabalhador na frente. Quando ele vê patrão na frente, ele fala fininho, bem mansinho e está aqui para servir os patrões que mantêm as suas campanhas, o seu dia a dia, como posição política.

---

Aliás, eu acho muito estranho quando vem falar aqui da Petrobras, porque, por ele, pelo seu partido e pelas concepções que ele defende, já não haveria mais Petrobras há mais de dez anos; a Petrobras já teria sido vendida. Eles já tentaram transformar em Petrobrax. E eu não sei como ele vem aqui falar de investigação, se, no Governo do FHC, que ele defendeu, tudo o que eles fizeram foi para engavetar tudo o que houve de corrupção, tudo o que houve de picaretagem nas privatizações do Brasil. Então, realmente, o senhor não pode vir aqui falar nem de Petrobras nem de investigação. Aliás, eu nunca vi o Vereador vir aqui falar da Zelotes: está lá o Gerdau, está lá a RBS, os patrões de alguns; estão lá na Zelotes, e foi duas vezes mais do que tudo o que roubaram da Petrobras junto. E aí o senhor não fala nada, porque o senhor só fala grosso quando é trabalhador; quando é empresário, o senhor fala fininho. É essa a sua postura aqui. O senhor desrespeita sempre. Aliás, nós podemos discutir mais sobre questões de financiamento de campanha na Cidade, questões de como é que são negociados as obras e o financiamento de campanha de determinada pessoa. A gente pode conversar. Se esse é o nível, nesse nível tem bastante assunto para a gente conversar, mas me parece que isso é só um subterfúgio para nos distrair. Distraindo-nos aqui, derrubam todos os direitos dos trabalhadores. O PT é só o motivo que eles estão usando neste momento, atacar o PT, o Lula, a Dilma. Porque o objetivo deles, de verdade, é acabar com os direitos dos trabalhadores, que eles nunca engoliram. Eles derrubaram Getúlio Vargas, quando Getúlio criou a CLT; eles derrubaram Jango, quando Jango subiu demais o salário mínimo. Não é de graça. Eu me lembro bem da capa do jornal O Globo. O Globo – por acaso também da Rede Globo, e aqui muitos fazem política olhando para a família Marinho, para a família Sirotsky e não para os trabalhadores –, a capa desse jornal no dia em que foi aprovada a CLT: “A lei que vai acabar com o Brasil.” Foi isso que eles disseram, lá em 1942. Agora, fizeram de tudo contra os direitos das empregadas domésticas, que eles queriam que ficassem como escravas dentro das suas casas. Essa é a concepção de mundo que estamos debatendo. Levantam a questão da ética, que é muito importante e é muito séria, mas é só desculpa; o que eles querem mesmo é mais dinheiro no bolso, lucro e acabar com os direitos dos trabalhadores. E se puderem, ainda, acabar com as manifestações de rua, acabar com os sindicatos e com todos que lutam por direitos e por uma sociedade com liberdade. Essa é a verdadeira discussão. Não vamos fugir dela, não vamos fugir do foco. Eles tentam nos distrair, na verdade, para

---

---

causar desunião e acabar com os direitos dos trabalhadores. Um grande abraço e boa luta a todas e a todos!

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** A Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 041/15.

**A SRA. JUSSARA CONY:** Boa tarde, Vereadores e Vereadoras. Quero, mais uma vez, agora como liderança do PCdoB e também como liderança da oposição - os companheiros da oposição já vieram aqui se manifestar -, cumprimentar os companheiros, sindicalistas, homens e mulheres de luta, que estão, nesta tarde, aqui com uma demanda que agora nós já vamos votar. E aí eu quero ver o voto a favor dos trabalhadores. É isso que eu quero ver aqui!

Ver. Idenir Cecchim, eu me pauto, em primeiro lugar, pela política revolucionária do meu Partido. Eu me pauto por relações respeitadas e articulações políticas amplas, porque eu quero, para o meu Brasil, um projeto de desenvolvimento econômico, social, político, com muita democracia, com muita soberania. E eu tenho lado, Ver. Cecchim, eu tenho lado, eu não fico tangenciando e procuro discutir no alto nível da política, ainda mais num momento como este, de acirramento da luta de classes, de acirramento da intervenção do capitalismo, do capital financeiro internacional para desestabilizar nações em processo de construção da sua soberania. É por aí que nós vamos discutir.

Eu recebi, nesta Câmara Municipal, na condição de Vice-Presidente, designada pelo nosso Presidente, e também por solicitação do Ver. Mauro Pinheiro, que nos determinou – não é Paulo Brum? O Ver. Paulo Brum é 1º Vice-Presidente, eu sou 2ª Vice-Presidente – algumas divisões de responsabilidades. Recebi, sim, o embaixador, pela Casa, e V. Exa. estava lá; agora não entendi por que V. Exa. vem aqui misturar alhos com bugalhos. V. Exa. estava lá, e eu lhe agradeço a presença, porque esta é uma Casa democrática, é uma Casa que tem história e que tem a concepção... E acho que aí vamos ter que dialogar, sabe por quê? A Casa tem história, eu acho que o senhor não tem muita noção de relações internacionais, de relação entre países, de diplomacia internacional, foi isso que nós fizemos, e está correto! Porto Alegre é uma Cidade democrática, Porto Alegre espera isso dos seus Vereadores e das suas Vereadoras, porque, o que está em

---

jogo numa visita como essa, é exatamente a autodeterminação dos povos em construção dos seus projetos nacionais. Existe uma Associação de Amizade Brasil-Vietnã e existe também a relação diplomática do Brasil com os povos do mundo, aliás, o Vice-Presidente da República é do seu partido, e eu creio que o senhor é que está derivando para o lado contrário, porque ele está lá, junto com a Dilma, no sentido de estabelecer, na dimensão política da internacionalidade, as relações internacionais. O Brasil tem relações diplomáticas com a China, com o Vietnã, com outros países, aliás, o Brasil, hoje, a Dilma e o Michel Temer lideram o BRICS, e sabem quem não quer o BRICS? O imperialismo norte-americano e aqueles que defendem o imperialismo norte-americano contra a soberania dos nossos países. Então, creio, Vereador, que o senhor, com toda... Converso com o senhor, na boa, discuto política com o senhor aqui - no patamar avançado que o povo que está aqui, hoje, lutando contra o PL nº 4.330, que é o povo do movimento sindical, do movimento popular, merece que discutamos. É nessa relação política... Tenho lado. Para mim, Vereador, receber o Embaixador do Vietnã significa receber o povo do Vietnã que lutou contra o imperialismo e venceu o imperialismo norte-americano. Isso é uma honra para mim, faz parte dos meus princípios do internacionalismo proletário, é disso que se trata. Quanto ao PL nº 4.330, está quase terminando o meu tempo, eu acho que na intervenção que fiz aqui, quando a CUT estava representando todos nós na Mesa Diretora, disse tudo o que tinha que dizer. Aí entra outra banda. O Eduardo Cunha, do PMDB, desengavetador-mor de tudo o que não presta para o Brasil, está lá no Congresso Nacional arrebetando com as conquistas, e isso é que eu quero ver o trabalhador responder, arrebetando com a conquista, com as lutas históricas dos trabalhadores, das mulheres. Aliás, a juventude brasileira conseguiu reverter o processo que não queria deixar os jovens dentro do Congresso Nacional, aliás, apanharam na luta pela redução da maioria penal. Estamos num momento, neste Brasil, de luta de classes, sim, e tem que ter lado, porque quem não tem lado vem para cá discutir comigo, porque eu tenho lado e não abro mão da luta dos trabalhadores e da visão internacionalista, porque é assim que nós vamos construir esta Nação soberana, desenvolvida e democrática.

(Não revisado pelo orador.)

---

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Bernardino Vendruscolo, o Requerimento nº 041/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) (Pausa.)

**APROVADO** por 15 votos **SIM**; 6 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

O Ver. Professor Garcia está com a palavra para a leitura da sua Declaração de Voto.

**O Sr. Professor Garcia:** (Lê.): “Não voto nenhuma Moção de Repúdio. Poderíamos ter invertido, e como proposta, fazer Moção de Apoio aos trabalhadores brasileiros. Contrário ao Projeto de Lei nº 4.330/04, que dispõe sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalho delas decorrentes”. Sempre me posicionei desta forma. Portanto, não é a Moção de Repúdio, mas a forma como é feita. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** Feito o registro e peço que V. Exa. entregue a Declaração de Voto à Mesa.

**O Sr. Dr. Thiago:** Sr. Presidente, quero dizer a nossa posição é contrária a qualquer tipo de terceirização, inclusive na área da Saúde, inclusive aquela que privilegia médicos que não revalidaram o diploma do Brasil, como é o caso dos médicos do programa Mais Médicos.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** Em discussão o PLCL nº 029/13. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLCL nº 029/13.

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, servidores, público, sindicalistas e outras pessoas que aqui comemoram a aprovação dessa Moção de Repúdio, eu pediria que permanecessem no plenário, porque temos aqui o início de uma discussão de um tema central na Cidade, que é o tema do transporte coletivo. Nós sabemos do acúmulo que temos na discussão, porque desde as chamadas jornadas de junho de 2013, o tema transporte coletivo ganhou um novo contorno a partir das jornadas de junho, trouxe à discussão dessa justiça na ocupação do espaço público da Cidade e a mobilidade urbana como eixo central.

Então, a Câmara foi fruto de uma ocupação; houve uma discussão coletiva de como encaminhar, do ponto de vista legal, um transporte público mais justo que atraia as

---

peças para o transporte coletivo, um transporte de qualidade, um transporte pontual, previsível. Nesse contexto – já há um acúmulo anterior, quero bem registrar, nas gestões da Administração do Partido dos Trabalhadores –, a Carris foi a estratégia de fortalecimento, a Carris como paradigma do transporte público coletivo foi a estratégia principal do Partido dos Trabalhadores para que outras empresas pudessem adotar como paradigma o da Carris. Não é à toa que essa empresa pública foi multipremiada nos anos de 1990 como melhor empresa de transporte do Brasil, e nós, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, protocolamos um projeto de lei que justamente trata da questão da transparência do controle da bilhetagem eletrônica. É um primeiro ponto; ou seja, ao contrário do que se fez, há alguns anos, ao transferir para a ATP o controle da bilhetagem, a nossa ideia, a nossa proposta – estamos aqui abrindo a discussão – é justamente retomar o controle público da bilhetagem, aliada a um mecanismo de maior transparência. Também – não precisaria nem dizer isto – estamos aqui falando de uma concessão pública, pois o transporte é uma concessão pública. Nós estamos aqui propondo que a Carris retome, progressivamente – não engessamos no nosso projeto de lei –, as linhas.

E houve as frustradas tentativas de processos licitatórios no sentido de flexibilizar ora para as empresas internacionais e agora pela ideia da licitação por linhas, o que para nós é muito preocupante, porque, hoje, o acúmulo que se tem na Cidade é a discussão por bacias, as três bacias. Nós já estamos aí com mais de um ano de discussão sobre o tema, e quero fazer o registro que aqui subirão Vereadores da base do Governo, acredito eu, dizendo que não se fez a licitação até hoje; mas a licitação – que bom que está saindo – está saindo fruto de uma decisão judicial, foi uma imposição judicial do Tribunal de Justiça para que acontecesse a licitação. Então não há nenhuma decisão de governo. Se houve, foi fruto de um prazo concedido pela Justiça, e o atendimento a esse prazo, nada mais do que isso.

Então nós estamos aqui propondo, além do controle público da bilhetagem – a retomada foi através do Prefeito Fogaça – a transferência para a ATP do controle da bilhetagem, ou seja, hoje, se nós quisermos saber quantas pessoas andaram, quantas consumiram, quantas viajaram de ônibus hoje, precisamos perguntar para a ATP.

Eu quero pegar aqui apenas um exemplo das pessoas que carregam o seu cartão TRI. Esse recurso fica parado na mão da ATP, que, claro, está ali com dinheiro em caixa, pode



---

fazer investimentos, esse dinheiro não sofre remuneração para o usuário – estou pegando aqui apenas um ponto problemático de deixar tudo na mão da iniciativa privada, num setor tão estratégico.

Então, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, quero dizer que o transporte coletivo, como estratégia da mobilidade de uma cidade da qualidade de vida, deve ser visto de outra forma. O que nós estamos percebendo é uma precarização que antecede geralmente a privatização da própria empresa pública nossa, a Carris.

Quero aqui saudar, fazer aqui um registro da construção coletiva desse projeto e da possibilidade da aprovação e termos uma mobilidade diferenciada na nossa Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para discutir o PLCL nº 029/13.

**O SR. ALBERTO KOPITTKE:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, quero saudar mais este debate, e que possamos seguir fazendo debates de qualidade, como esta Casa conseguiu estabelecer, independente de opiniões divergentes, pois é para isso que estamos aqui, para manifestarmos opiniões diferentes, mas sempre mantendo, obviamente, o respeito às nossas instituições partidárias, e o mínimo de ambiente de diálogo, na diferença de ideias, sem baixar o nível, podendo discutir o que é melhor para a Cidade. Creio que esse é o melhor caminho, que é como temos feito ao longo do último período, nesta Casa, e, aqui, mais uma vez, apresentamos um tema para o bom e respeitoso debate entre nós.

Este projeto de lei dialoga, exatamente, com as expectativas das manifestações de 2013, quando a juventude brasileira, os trabalhadores brasileiros foram às ruas, na época, aliás, de uma forma bem diferente das manifestações de 2015, pedindo mais direitos, pedindo o avanço, por exemplo, da qualidade do transporte público, da mobilidade, e pedindo que fossem derrubados os monopólios empresariais, os oligopólios que foram criados, aliás, não por acaso, há mais ou menos 50 anos, a maioria deles. Não por acaso, Ver. Comassetto, vários meios de comunicação têm feito 50 anos de aniversário, exatamente, porque ali se inaugurou um período autoritário no Brasil, que começou a distribuir favores

---

para os seus amigos, entre eles os empresários de ônibus. E, aqui, temos esse monopólio que ninguém consegue quebrar.

Essa proposta que a Bancada do PT traz para a análise dos colegas eu espero que seja analisada pelo Governo José Fogaça e pelo seu Vice-Prefeito, para que possamos saber, exatamente, as suas opiniões sobre o tema do transporte público, se realmente há o interesse em dar transparência à gestão do Fundo Municipal de Transporte, se há interesse em dar transparência para o controle da bilhetagem pública – que, por incrível que pareça, está na mão das empresas –, a EPTC, a nossa empresa pública, pede a informação para os empresários sobre quantas pessoas andaram de ônibus. Por incrível que pareça, é assim que funciona! A ATP – Associação dos Transportadores de Passageiros – manda a informação que quiser, e nós queremos mudar essa realidade, que, aliás, foi feita por um decreto, estranhamente, no nível jurídico. Foi feita por um decreto na gestão Fogaça. A transferência da gestão do transporte, do bilhete eletrônico, foi feita para as empresas privadas, no período Fogaça, por decreto. Acho que tem a ver com esse assunto que nós estávamos discutindo antes. E nós queremos também reformular o Conselho Municipal. Se efetivamente há o compromisso com a participação popular para avançar, se há o interesse da Administração Municipal, do Prefeito Fortunati, em ampliar a participação popular, não imagino por que ele poderia ser contra a ampliação do Conselho Municipal do Transporte. A nossa proposta é inovadora, nós propomos que alguns membros do Conselho Municipal sejam eleitos de forma direta, pelos usuários do transporte público, para que os estudantes possam estar no Conselho Municipal, para que os trabalhadores possam estar em maior número no Conselho Municipal do Transporte, entre tantas outras propostas. Eu creio que se realmente houver o compromisso, não com os empresários, mas com os trabalhadores e usuários do transporte público, por parte da Administração Fortunati e Melo, a bancada do Governo vai olhar para este projeto com bons olhos. Realmente, ele não interessa para as empresas de transporte, ele não interessa para a ATP, ele não interessa para se manter o atual monopólio que controla o transporte público. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir o PLCL nº 029/13, por cedência de tempo do Ver. Paulinho Motorista.

**O SR. ENGº COMASSETTO:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, prezados amigos e amigas que estão aqui, acompanhando este debate, consideramos este um projeto de grande importância do Legislativo Municipal, e há um divisor de águas neste debate. Nós apostamos em melhorar a qualidade do transporte público de Porto Alegre ou em manter a atual estrutura, que vem sofrendo um declínio quanto à qualidade do transporte.

Eu gostaria que todos os que estão nos ouvindo nos ajudassem, inclusive, a identificar aquilo que, pessoalmente, tenham identificado pelas ruas da Cidade. No último período, a quantidade de ônibus que tem quebrado nos corredores e nas vias públicas é uma visualização concreta da falta de manutenção e renovação da frota que vem acontecendo. O modelo que está instalado, hoje, na cidade de Porto Alegre, não é um modelo sobre o qual o Poder Público tenha gestão e sobre o qual o Poder Público exija qualidade quanto ao sistema de transporte; é um modelo que não tem a transparência dos reais custos e dos preços das passagens.

Este que estamos apresentando é um projeto para instituir um sistema de gestão pública no transporte de passageiros de Porto Alegre. Aqui, eu quero justificar, em poucas palavras, por que esse sistema: porque a Lei Federal nº 12.587, de dezembro de 2002, que instituiu o novo marco regulatório da mobilidade urbana, exige que os Municípios readequem as suas legislações municipais, exige que cada Município faça o seu Plano Diretor de Mobilidade Urbana – venceu no último dia 12 de maio, e Porto Alegre ainda não fez o seu.

Este projeto institui, no seu primeiro item, o sistema que compreende a gestão de um fundo público para o transporte. O que significa isso, Ver. Reginaldo Pujol? Significa que, hoje, quem faz a gestão de todo recurso público que é pago pelas empresas e pelos trabalhadores não é a Prefeitura, é a Associação dos Transportadores de Porto Alegre. A ATP deixou de ser uma instituição que cuida do transporte para ser um banco. E vou exemplificar aqui: o trabalhador e a empresa que compra o bilhete eletrônico no dia 25 ou 30 de cada mês, que paga antecipado, esse dinheiro cai 100% no caixa da ATP.

Bom, e ela vai administrar isso, no mínimo, na melhor das boas hipóteses, por 30 dias. Mas aquele dinheiro está rendendo para quem? Para o transporte público, para melhorar a qualidade? Não. Ele está rendendo para um banco gerado pela ATP. Ele reverte para o

---

transporte público? Não. E aquele trabalhador e aquela trabalhadora que tem no seu cartão, que não utiliza por diversas razões, 100, 200, 300 passes, para onde foi esse dinheiro? Esse dinheiro reverteu para o sistema de transporte público de Porto Alegre? Não.

Esse nosso projeto valoriza a gestão pública, valoriza a Prefeitura. A Prefeitura tem que ficar com o caixa desse recurso. A Prefeitura faz a concessão para os ônibus: prestou serviços, recebe por esse serviço que tem que ser medido pela sua qualidade. Além disso, e todos aqueles ônibus que são vendidos, foram comprados e financiados pelo Poder Público? Esse dinheiro reverte para um fundo municipal de transporte? Não. Cai no caixa direto das empresas e da ATP.

Nós queremos aqui que esta relação com o empresariado seja uma relação que venha a melhorar, se qualificar, que as concessões sejam valorizadas. E eu falo aqui, Ver. Pujol, com todo respeito que tenho ao empresariado-fim do transporte, que merece respeito, porque exerce um trabalho público. Mas o nosso projeto propõe adequação da lei. E eu já ouvi de alguns: mas vai ter a licitação daqui alguns dias. Este projeto não inviabiliza em nada a licitação, ele disciplina um formato da relação público privada, um formato da concessão.

Para concluir, Sr. Presidente, um outro item que nós tratamos aqui, mais três itens, um que cria um Conselho Municipal do Usuário, que ele seja tripartite, um terço das entidades, um terço do Poder Público e um terço eleito diretamente pela sociedade para fiscalizar. Que qualquer planilha tenha que ser publicizada 30 dias antes. E por último, não pode um sistema de transporte público de Porto Alegre ser uma ilha, ser só de Porto Alegre, tem que estar integrado no território, tem que estar integrado na Região Metropolitana. E o projeto aqui apresenta esta orientação para o Poder Público Municipal. Diante disso, pedimos aos colegas Vereadores e Vereadoras a apreciação. Com isso aqui, creio que nós possamos iniciar um novo paradigma, um novo momento do transporte público de Porto Alegre, e com a sociedade participando. Um grande abraço, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLCL nº 029/13, por cedência de tempo do Ver. Prof. Alex Fraga.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; este projeto de lei, para nós, é um projeto muito significativo, elaborado pela nossa bancada coletivamente. Ele foi protocolado em 4 de julho de 2013, posteriormente às mobilizações da juventude, que lideraram as massas nas ruas por um transporte público de qualidade, por mais controle social do transporte, por tarifa justa e serviço adequado. Foi posterior à ocupação da Câmara, quando a juventude aqui elaborou uma proposta, buscando transparência no transporte público, na construção da tarifa e um maior controle social sobre a qualidade do serviço. A nossa bancada fez um diagnóstico que aqui os colegas já foram explicitando, mas que eu caracterizaria como instrumentos que nós podemos oferecer à gestão da Prefeitura de Porto Alegre, para que tenha mais condições de controle, de incidência sobre a qualidade de serviços e a tarifa.

Eu queria chamar atenção, mais uma vez, dos Vereadores e Vereadoras, que não é contra a gestão, contra o Prefeito, contra um partido ou outro. Esse projeto quer empoderar o público, a sociedade, a cidadania na mediação do Poder Público. Nós entendemos que é urgente e necessário que o Governo seja o gestor do sistema tarifário, do controle eletrônico dos valores que entram e circulam no transporte público. Houve um período de adequações, a ATP comprou o sistema, a Prefeitura repassou a gestão e não é possível mais que esses dados sejam fornecidos, sejam geridos pela ATP. É necessário que esse controle seja público para que a própria Prefeitura possa responder aos usuários, ao movimento social, ao cidadão e à cidadã que se queixam da tarifa, que se queixam das voltas não realizadas pelas empresas de ônibus, do tempo que espera pelo ônibus.

De outro lado, Ver. Prof. Alex, o fundo. Nós entendemos que todo o recurso que entra no sistema seja do empresário que compra o Tri, antecipadamente - vejam bem -, e que o trabalhador vai desembolsar no mês inteiro e esse empresário paga muito tempo antes - 15, 20 dias antes – para chegar no bolso do trabalhador, no tíquete do trabalhador. Então, é a ATP que gira com esse capital. Quando o Tri é perdido, quem é que fica? Ninguém tem controle; esse recurso fica com a ATP, fica privado. Nós queremos que ele esteja sob controle público, que ele retorne ao sistema. Isso dá muito mais condições ao Poder Público, e obviamente o projeto também trata de um Comtu mais democratizado, um conselho de transporte representativo do usuário, das categorias, que tenha tempo,

---

---

capacidade e condições de controle. Esse controle, tanto da tarifa quanto do fundo, vai ajudar o gestor e o conselho de transporte a terem uma opinião mais qualificada, uma capacidade de fiscalização que respondam às demandas por um transporte de qualidade social.

Nós também prevemos no projeto a integração da Região Metropolitana, porque não enxergamos saída para o transporte público de Porto Alegre se não for integrado, com tarifa integrada, com políticas integradas, com tempo integrado, com o compartilhamento dos corredores de forma integrada e combinada, numa política que otimize, mas que melhore o custo para os trabalhadores da Região Metropolitana. O intercâmbio entre a nossa Cidade e as demais cidades nos torna praticamente uma única Cidade, Ver. Janta. Então, uma série de medidas como essa, que entendemos como instrumento para uma melhor licitação. Entendemos que a licitação está em curso, ela deu vazia porque há um cartel nesta Cidade, exatamente porque há um controle do sindicato das empresas privadas sobre esses elementos: a empresa privada pode bancar uma licitação vazia a cada momento, arriscar, porque sabe que ela tem a estrutura, tem a planta e o controle do fundo e da tarifa. Nós entendemos que a Prefeitura, com esses elementos, entra em uma licitação, se quiser terceirizar, com muito mais condições de estabelecer critérios, de estabelecer competitividade e viabilidade de uma licitação que escolha pelo melhor serviço e que melhore a condição de controle.

Por fim, nós entendemos que a Carris deve progressivamente ampliar a sua atuação na cidade de Porto Alegre. Nas audiências públicas que o Governo fez para fazer a licitação, a população se manifestou contrariamente ao monopólio, nas regiões, de uma única empresa, ou de um único consórcio. As regiões manifestam-se pela presença da Carris em todas as regiões, para que seja possível, através dela, monitorar o sistema, para que ela seja concorrente, para que ela mostre o serviço de qualidade, para que ela incida na região.

Então, o nosso projeto aponta a ampliação progressiva da presença da Carris na Cidade. E eu encerro dizendo, que é uma presença salutar, é um fortalecimento da nossa empresa pública e, ao mesmo tempo, é oferecer ao cidadão e à cidadã uma alternativa mais adequada para que ele possa escolher, e para que as empresas tenham que disputar, com a qualidade do serviço, o usuário. Isso, com certeza, trará melhorias ao sistema de transporte.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLCL nº 029/13.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Obrigada, Sr. Presidente, Ver. Paulo Brum, eu quero muito rapidamente falar a respeito desse projeto, colocar a nossa posição, obviamente favorável, diante de uma situação em que a gestão do sistema de transporte, na verdade, se transformou em uma gestão privada. Não só Porto Alegre vive, há mais de 40 anos, sem licitação, e as duas últimas licitações abertas por determinação judicial foram boicotadas pelas empresas de ônibus – um verdadeiro conluio –, que definiram em não participar do processo licitatório e ainda ganharam aumento da tarifa às custas da nossa população, que tem pagado uma tarifa abusiva de R\$ 3,25 todos os dias para trabalhar ou para se locomover na nossa Cidade.

Esse processo de entrega da concessão de um serviço público estratégico não é só uma lógica privada, mas é um serviço sem nenhum controle público, porque a licitação é o princípio de como se concede um serviço público pela Constituição Federal e pela Lei de Licitações. Todos sabem que nós defendemos o transporte 100% público, não é nenhuma novidade! Nós estivemos na Audiência Pública da Licitação defendendo essa política. Nós estivemos aqui na tribuna da Câmara defendendo a ideia de que a Carris precisa, imediatamente, ser ampliada. E aqueles milhões que as empresas ganharam de maneira ilegal, irregular, comprovadas pela auditoria do Tribunal de Contas do Estado, sejam utilizados para avançar e conseguir aumentar a frota de ônibus da Carris. Ganharam esses milhões apenas calculando os ônibus que estavam na frota de reserva, ou seja, estavam parados nas garagens e não estavam a serviço da nossa população, e eram calculados como se estivessem operando. Apenas com essa ilegalidade, os empresários ganharam, no ano de 2012, R\$ 72 milhões de lucro ilegal, o que dava para comprar mais de 140 ônibus para equipar a nossa empresa pública, a Carris, e isso fazendo um cálculo simples. Olhando a auditoria do Tribunal de Contas, tem uma série de outras ilegalidades que as empresas foram cometendo ao longo dos anos, que devem e deveriam ser buscados judicialmente esses recursos para o município de Porto Alegre.

---

Sobre o controle. Hoje, na prática, a bilhetagem e todo o controle são feitos pela própria ATP. É a raposa cuidando do galinheiro! Então o projeto é meritório, porque cria um sistema de gestão pública dos transportes urbanos, criando um fundo público de transporte urbano e um sistema integrado de bilhetagem de transporte urbano.

Acho mais: nós estamos, em 2015, fazendo dois anos da jornada de junho, jornadas que sacudiram o Brasil e sacudiram Porto Alegre, combatendo essa lógica privada e o custo abusivo do transporte coletivo, quando milhares de jovens, apoiados pelos trabalhadores rodoviários, massacrados por essa lógica, tomaram as ruas da nossa Cidade. E, pela primeira vez em 30 anos, se conseguiu reduzir a tarifa de ônibus, quando o Governo já tinha concedido outro aumento abusivo, numa ação jurídica e política da nossa bancada – minha e do então Ver. Pedro Ruas, agora nosso Deputado, querido Ver. Prof. Alex Fraga – numa combinação com a mobilização. Só que os jovens pautaram muitos outros temas nas ruas, durante a ocupação na Câmara Municipal de Vereadores, os jovens pautaram muitos outros temas Brasil afora. Foram mais de um milhão em São Paulo, no Rio de Janeiro, em noites que, na verdade, colocaram a quantidade de vozes descontentes com o regime político brasileiro, que começava na pauta do transporte, mas discutia a questão de democracia. Combatia as vozes intolerantes contra o avanço das liberdades civis, como os direitos das mulheres, dos LGBTs, dos negros e das negras. Então, nós precisamos fazer o balanço de que, depois de junho, quase nada avançou. Aliás, as respostas que os Governos deram e os Parlamentos em geral, foram contrarrespostas, como uma contrarreforma política, que foi aprovada em várias partes no Congresso Nacional. O próprio sistema de transporte, que este ano teve outro aumento abusivo, e, como nós falamos, infelizmente o Governo não usou a sua caneta para garantir a ampliação do sistema público, do sistema da Carris. E, portanto, nós queremos deixar essa crítica, assim como o nosso apoio ao projeto.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLCL nº 029/13.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, essa matéria é antiga na Casa, está desde 1973 conosco, já foi objeto de alguns adiamentos.



---

E, em todas as oportunidades em que ela foi examinada, ficou caracterizada a rejeição por parte da maioria da Casa que, inclusive, derrubou um parecer conjunto que era favorável à aprovação do projeto por larga maioria. O Ver. Ferronato, ainda no ano de 2014, da Tribuna, explicou objetivamente onde as dificuldades surgiam para uma possível aprovação do projeto de lei. Além de ser manifestamente inconstitucional – inconstitucionalidade essa decidida e proclamada não só pela Comissão de Constituição e Justiça da Casa, que por grossa maioria assim o fez, mas também pela própria Procuradoria da Casa, que claramente identifica essa inconstitucionalidade. Ademais, o mérito anunciado como matéria salvadora, no fundo, como bem assevera o parecer técnico da Empresa Porto-Alegrense de Transportes e Circulação, gera repercussões tarifárias, contra o usuário e não a favor do usuário. Isso porque, hoje, a bilhetagem eletrônica não custa nada para o Município, para os cofres públicos e não é, por conseguinte, transferido para o custo tarifário, e, evidentemente, para sustentar o usuário, que, sabidamente, é quem paga todos esses benefícios, todas essas experiências, todas essas situações que se criam aqui e acolá pela aprovação de leis nesta Casa.

Por isso, Sr. Presidente, nós já discutimos amplamente a matéria. O Governo, de forma muito clara, muito precisa, alerta a Casa da inconstitucionalidade da aprovação do presente projeto de lei, totalmente inconstitucional e com um mérito altamente discutível no que diz respeito aos seus efeitos. Discussão esta que esbarraria, inclusive, na conveniência ou não da sua manutenção. Por isso, Sr. Presidente, objetivamente, não nos querendo delongar no debate, já devidamente esclarecidos, encerramos a nossa participação, recomendando, em nome do Governo, o voto contrário, o voto pela rejeição do projeto de lei e, conseqüentemente, da sua emenda, porque o acessório segue o principal. Se o projeto é inconstitucional, como conseqüência, a emenda é crucificada neste particular, e, evidentemente, também se torna merecedora do nosso voto contrário. Se aprovada, vejam bem, seria inconstitucional, porque, logo adiante, derrotado o projeto, a emenda desapareceria. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLCL nº 029/13.

---

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, olha, se não cabe a esta Casa legislar sobre a questão do transporte coletivo de Porto Alegre, que é uma concessão pública destinada por esta Casa – cabe a nós fiscalizar todas as concessões públicas, fiscalizar o Executivo de Porto Alegre –, não cabe a nós fazer mais nada. Estamos aqui propondo um controle da cidade de Porto Alegre sobre a bilhetagem eletrônica, assim como nós temos outros projetos aqui nesta Casa que propõem um controle sobre o Conselho Municipal de Transportes, uma ampliação desse Conselho, assim como estamos discutindo aqui nesta Casa, e devemos fazê-lo durante esta semana, a questão do Conselho Municipal de Educação, em que estamos fazendo uma emenda ampliando o Conselho. Os conselhos têm que ser democráticos, têm que ser transparentes. Nós achamos que a questão da bilhetagem no transporte de Porto Alegre tem que ser transparente, a Prefeitura tem que ter um controle dessa bilhetagem. A Prefeitura tem que saber realmente o que as empresas estão cobrando, já que arrecadam bem antes esse valor em função do vale-transporte e do transporte estudantil. A Prefeitura tem que saber o que elas arrecadam, quanto elas arrecadam, e é isso que está se propondo. Numa emenda nossa estamos propondo ainda, em virtude da quantidade de bilhetagem eletrônica que já existe em Porto Alegre e da integração que virá existir dos modais de transportes – seja do sistema náutico, seja do sistema de metrô que vier a se instalar em Porto Alegre, seja do aeromóvel, seja de qualquer outro sistema de transporte que será interligado eletronicamente –, que seja assegurada a função do auxiliar do motorista, da pessoa que fica ao lado do motorista, a pessoa que vai auxiliar os deficientes e os idosos a embarcar e desembarcar, auxiliar o motorista, que não seja extinta essa profissão, que hoje seria o cobrador – que seja mantido o auxiliar. Acredito que cabe, sim, a esta Câmara de Vereadores discutir a questão do transporte, discutir melhoria do transporte. E este projeto diz que cabe à Prefeitura ter o controle do que é arrecadado no transporte de Porto Alegre, saber realmente o que é arrecadado nessa bilhetagem eletrônica, já que cabe à Prefeitura determinar o valor do transporte, cabe à Prefeitura fazer a licitação do transporte, cabe à Prefeitura dar a concessão do transporte. Não adianta alguns Vereadores dizerem que o transporte de Porto Alegre não é lucrativo. Não adianta dizerem que o transporte de Porto Alegre não é lucrativo, porque nós sabemos que se não fosse lucrativo as pessoas devolveriam a concessão; se não fosse lucrativo não continuariam trancando a licitação do transporte. Nós esperamos que,

---

---

agora, a Prefeitura acabando com esse *pool*, com esse consórcio que administra o transporte em Porto Alegre, de três ou quatro famílias, possamos ter um transporte digno, um transporte com que realmente as pessoas consigam chegar em menor tempo ao seu local de trabalho, com dignidade e conforto. Com muita força, fé e solidariedade, nós vamos, com certeza, melhorar o transporte de passageiros em Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** Em votação o PLCL nº 029/13. (Pausa.) O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 029/13, como autor.

**O SR. ENGº COMASSETTO:** Sr. Presidente, volto a esta tribuna para tratar do assunto e fazer o encaminhamento deste projeto. Quero, aqui, Ver. Reginaldo Pujol, cumprimentá-lo, porque V. Exa. foi o único Vereador da base do Governo que veio para esta tribuna debater o projeto. Com relação a um projeto dessa importância, com essa magnitude, eu acreditava que iríamos fazer aqui um belo debate do contraditório, se ele existe. Ou será que os colegas Vereadores não estão em condições de debater esse tema? O que acontece em debater o transporte público de Porto Alegre? Nós precisamos reformular esse sistema, Ver. Márcio Bins Ely. Ver. Idenir Cecchim, nós estamos fazendo uma sugestão. Será que ela é boa? Será que ela não é boa? Porque, basicamente, só os propositores apresentaram, aqui, o debate. Quero dizer que um projeto como este propõe reestruturar o sistema de transporte público da cidade de Porto Alegre. Prezado Jacques, que representa aqui a Fazenda, o projeto que estamos fazendo qualifica a Fazenda e qualifica a Prefeitura de Porto Alegre. O que estamos dizendo é que quem tem que ser o responsável por controlar o Fundo Municipal do Transporte é o Poder Público Municipal, e que vai pagar o concedente pelo serviço realizado, e pelo bom serviço realizado, não como é hoje, que, por decreto, se passou todo o caixa do transporte público para a ATP gerenciar. A ATP deixou de ser uma entidade, com todo o respeito que tenho à ATP, que se preocupa com a qualidade do transporte e passou a ser um banco. São 1,2 milhão de passagens por dia na cidade de Porto Alegre. Quem faz as planilhas de controle dos ônibus? As próprias empresas. Quem fiscaliza os horários dos ônibus? As próprias

---

pág. 35

---

empresas. E o que tem acontecido? Ali está a Dona Ana, que é lá do Lami, que veio nos trazer hoje uma reclamação, que dos horários do Lami, colega Vereador Paulinho Motorista, cuja tabela é de quinze em quinze minutos, hoje estão passando de meia em meia hora, pois as empresas dão furo e põem na planilha que realizaram, porque quem faz a gestão do sistema é o próprio sistema dos transportadores. E nós queremos aqui uma relação do público com as concessões, de uma forma qualificada, de uma forma transparente, e queremos que o recurso seja revertido para melhorar a qualidade do transporte público. As ruas da Cidade e as avenidas e estradas de Porto Alegre não suportam mais a quantidade de carros. Por que as pessoas se deslocam de carro? Porque não tem transporte público de qualidade. Nós temos que perseguir o transporte público de qualidade. Nós precisamos que os recursos que são públicos e que provêm de quem paga a passagem sejam revertidos para melhorar cada vez mais o transporte público de Porto Alegre. Estão destinados para Porto Alegre mais de R\$ 1 bilhão do Governo Federal para qualificar o sistema de transporte público da cidade de Porto Alegre. Isso é recurso público ou não é recurso público? É recurso público. Bom, isso tem que ser gerido pelo Município de Porto Alegre. É esse o debate que precisamos fazer. Não podemos ficar aqui no Legislativo dizendo que está tudo bem no transporte público se continua tudo como está, porque não está tudo bem. Eu gostaria que estivesse tudo bem, mas não está tudo bem. E nós estamos sugerindo... Aqui eu quero registrar para os meus colegas da base do Governo: Ver. Pujol, é verdade, este projeto já era para ter sido votado várias vezes. A pedido do Governo, do Vice-Prefeito Sebastião Melo, do Prefeito Fortunati e do Cappellari, não votamos porque eles queriam dialogar conosco. Já se passaram dois anos, e o diálogo não aconteceu. Se o diálogo não aconteceu, a nossa possibilidade, Sr. Presidente, é de estabelecer o diálogo com os colegas Vereadores da base. Até para nos dizerem o seguinte: “Este projeto não serve, mas nós queremos que seja feito o seguinte...”. A licitação, como está sendo proposta, que nós apoiamos, vem no modelo antigo. O Poder Público não vai conseguir fazer a gestão como precisa ser feita. Então a nossa sugestão é nesse sentido. Concluindo, pedimos aqui, sim, o voto de todos os 36 Vereadores a favor do projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

---

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** Registramos a presença do Secretário Municipal de Acessibilidade, Raul Cohen. Seja bem-vindo!

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 029/13.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu queria elogiar a persistência do Ver. Comassetto, que apresentou, defendeu e dialogou. E só para fazer justiça, para não parecer que desdenhamos o seu Projeto. Pelo contrário, o Ver. Pujol falou, e eu disse a ele: “Pujol, fala por mim também”. E eu me senti muito bem representado na fala do Ver. Pujol. Eu fiz questão de subir à tribuna para não parecer “Ah, não precisa vir à tribuna”. Não se trata de base ou não base. Assim como as pessoas junto comigo e o Ver. Pujol, havia muitos Vereadores falando sobre esse assunto, e ficou determinado que o Ver. Reginaldo Pujol, nosso Vice-Líder do Governo, fizesse o pronunciamento a respeito. Ver. Engenheiro Comassetto, cumprimento-o pela sua persistência em apresentar o projeto e querer discuti-lo.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 029/13.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Eu estou encaminhando pelo Partido dos Trabalhadores. Este projeto é de autoria coletiva, Ver. Idenir Cecchim. É verdade, o Ver. Engº Comassetto é dedicado a esses temas. Mas esse é um dos projetos do esforço desta Bancada, de elaboração coletiva, de luta coletiva, por temas que nós consideramos estratégicos para a cidade de Porto Alegre. Nós nos envolvemos e acompanhamos amiúde o estudo do Tribunal de Contas do Estado sobre a composição da tarifa e sobre o sistema de ônibus desta Capital. E o Tribunal de Contas chegou a conclusões graves e densas. Uma das conclusões é que havia alteração tarifária a mais; havia reajuste a mais; valores a mais, lesando os usuários de transporte coletivo desta Capital. Por quê? Porque os donos de empresas de ônibus contavam a frota reserva para compor a tarifa. Por exemplo, não utilizavam os ônibus, mas compunha o custo com a frota reserva. Vários insumos listados e compondo a tarifa, Ver. Prof. Alex, eram maiores, um valor maior do que o da tabela utilizada, a própria tabela da Prefeitura, um comparativo profundo e

---

alargado que o Tribunal de Contas fez, demonstrando que, por ali, também se saqueia o direito do contribuinte e do usuário de ônibus aqui em Porto Alegre. O Tribunal de Contas apontou especificamente, Ver. Idenir Cecchim, a dependência da Prefeitura dos dados da ATP. Há um item que fala exatamente do controle do sistema eletrônico de uso do Tri, da bilhetagem eletrônica. O Tribunal de Contas aponta que não é possível a Prefeitura usar como argumento os dados da ATP, que representa as concessionárias que deveriam ser fiscalizadas, sobre o aumento da tarifa. Isso foi apontado no estudo do Tribunal de Contas. Inclusive, houve encaminhamento do Tribunal de Contas, na decisão do Pleno, de alteração desse item, de que a Prefeitura deveria tomar conta da gestão do sistema tarifário. Isso está encaminhado pelo Tribunal de Contas e está previsto no projeto que nós estamos votando, Ver. Delegado Cleiton, e esperamos o seu apoio, porque entendemos que isso fortalece o Prefeito Fortunati e o Vice-Prefeito Melo. Faço também um apelo à Bancada do PTB, porque aqui o Ver. Engº Comassetto já pediu o debate. Eu pergunto à Bancada do PTB se tem opinião sobre o tema e se entende que as medidas que propomos podem colaborar com o sistema.

O Tribunal de Contas também apontou a falta de transparência da tabela e o exíguo tempo para tomada de decisões do Comtu, que, às vezes, votava à tarde, e, na madrugada, começava a valer a nova tarifa. Significa que, claramente, a Prefeitura sabia que haveria uma homologação automática no Conselho de Transporte. Isso mudou um pouquinho, agora há um prazo um pouquinho maior. Esta Câmara, por exemplo, não recebe com antecedência para fazer análise e não tem condições. Imaginem, se o gestor do sistema não tem condições de fazer análise e deixa escapar todos esses furos que foram apontados pelo Tribunal de Contas, que dirá a Câmara de Vereadores, que dirá o Comtu, se esses dados não são públicos e não estão sob controle social.

Parece-me, senhores, que esse silêncio de debate aqui, de um projeto que vem desde 2013, é muito ruim para a Cidade. Nós queremos, e concludo, Vereador, que os Vereadores digam por que acham que não é possível evoluir nesta Cidade por um controle. Nós não estamos aqui estatizando, estamos propondo que, de fato, haja um controle público sobre os dados que informam o sistema, e a gente chegar a uma tarifa, de fato, resultado desse controle, resultado da capacidade de a Cidade imprimir qualidade e garantir eficiência no sistema.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. João Carlos Nedel, a Emenda nº 01 ao PLCL nº 029/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 9 votos **SIM**; 20 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. João Carlos Nedel, a Emenda nº 02 ao PLCL nº 029/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 8 votos **SIM**; 20 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. João Carlos Nedel, o PLCL nº 029/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 8 votos **SIM**; 17 votos **NÃO**.

**O Sr. Márcio Bins Ely (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem de priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à votação do PLL nº 044/15 e do PLL nº 160/14. Após retornaremos à ordem normal.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em votação nominal o PLL nº 044/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal) **APROVADO** por 28 votos **SIM**.

(A Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony reassume a presidência dos trabalhos.)

**A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony):** Em discussão o PLL nº 160/14. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 29 votos **SIM**.

**O Sr. Reginaldo Pujol (Requerimento):** Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem de priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLE nº 010/15. Após retornaremos à ordem normal.

---

**A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony):** Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(O Ver. Paulo Brum reassume a presidência dos trabalhos.)

**O Sr. Rodrigo Maroni:** Sr. Presidente, gostaria de registrar o aniversário do nosso querido colega Ver. Carlos Casartelli.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** Ver. Carlos Casartelli, receba os cumprimentos da Casa. Parabéns pelo seu aniversário.

Em discussão o PLE nº 010/15. (Pausa.)

A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLE nº 010/15.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, inscrevi-me para discutir o projeto, muito embora não se tenha localizado o conjunto do projeto de lei, dos R\$ 80 milhões, para ver as contrapartidas do Município. Nós temos a compreensão de duas questões fundamentais. Primeiro, o alto endividamento de Porto Alegre para obras, como por exemplo, da Copa, muitas ainda longe de serem concluídas, e extremamente temerário o grau de endividamento a que a nossa Cidade chegou, no caso de obras absolutamente discutíveis do ponto de vista da mobilidade urbana e da melhoria do atendimento da nossa população. Esse projeto trata do empréstimo para educação. E Porto Alegre, infelizmente, figura entre as capitais que estão na lanterna do *ranking* de cobertura de Educação Infantil. Então, obviamente é um tema muito importante, recursos para melhorar a qualidade das nossas escolas de Educação Infantil, as nossas creches conveniadas no Município de Porto Alegre, sendo que a proposta é a expansão da oferta de Ensino Fundamental em tempo integral, por meio da construção de cinco novas escolas municipais – EMEFs –, que incorporarão 6 mil novas vagas na rede municipal; e da contratação da atividade em turno inverso para 5 mil alunos – 15 mil no acumulado do programa, elevando a cobertura da Educação Integral de 25% para 50%. Essa é a meta que o Governo apresenta. E nós achamos que é muito



---

importante avançar na construção de Escolas Municipais de Educação Infantil e Escolas Municipais de Ensino Fundamental.

O investimento total seria de 161,6 milhões de dólares norte-americanos, sendo que a operação de crédito seria de 80 milhões, e o restante, suponho, seria contrapartida do próprio Município. Ora, nada mais justo que, num momento em que se discute um empréstimo para melhorar a qualidade da Rede Municipal, e, sobretudo, a rede de Educação Infantil, que discutamos o tema do Plano Municipal de Educação. Nós estamos em uma construção, desde a semana passada, reuniões entre as Bancadas, ATEMPA, Sindicato dos Municipários, entidades conveniadas, para discutir o teor da mensagem retificativa, Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony, o Conselho Municipal de Educação, enviado pelo Governo, na semana passada, porque houve um congresso municipal. Então, se houve equívocos, bom, o Governo tem que fazer o balanço de ter mandado uma retificativa, em contrário ao que o Congresso Municipal, de forma democrática, construídos e organizados os critérios de participação pela própria Secretaria de Educação, onde a Câmara participou com seis Vereadores sobre esse processo, como, por exemplo, a importância de incluir as entidades conveniadas. E nós achamos que devem estar contempladas no Plano Municipal de Educação, muito embora seja fundamental a Rede avançar na sua estrutura própria e no avanço de construções de novas escolas municipais de Educação Infantil. Mas afóra esse tema, a Mensagem Retificativa mexeu em temas fundamentais, votados pelo Congresso, Ver. Prof. Alex – que representou tão bem a Câmara nesse processo e é Professor da Rede Municipal –, como a questão da gestão democrática nas escolas, como a questão da participação em congressos por parte dos professores, como a questão de projetos que possam incorporar e garantir que a Educação Especial siga do zero aos 21 anos, que é uma característica peculiar da cidade de Porto Alegre e que, ao mesmo tempo, é uma conquista da nossa Cidade. Nós vimos o conjunto da Rede participar e discutir, nas escolas, uma série de temas que foram alterados pela Mensagem Retificativa, e nós fizemos propostas e contrapropostas para entrar em votação amanhã. Eu falava com a Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, que vai se inscrever – eu não tenho dúvida – para debater o tema, e tem Municípios que vão votar o seu Plano Municipal em agosto deste ano, garantindo a discussão em audiências públicas, o que não inviabiliza as contrapartidas do Governo Federal. Então esse debate é

---

um debate importante, porque as entidades, corretamente, pediram audiências públicas para debater o tema de carreira.

E eu quero concluir, dizendo que fiquei muito contente porque recebi, Silvana, da LBL, a carta de vocês. E o Plano, felizmente, aponta para a educação, para a diversidade, uma educação que ajude, dentro da Rede Municipal, a combater a intolerância, seja ela qual for: a intolerância com relação ao gênero, a intolerância quanto à questão de raça, a intolerância quanto à orientação sexual. E eu fico muito preocupada quando eu vejo, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, a sua emenda retirando o item 7.35, que propõe uma formação continuada para os professores em temas vinculados a todos os tipos de combate à opressão. Eu fico muito preocupada quando nós não estamos preocupados em, nas nossas escolas, garantir que haja a formação de uma educação inclusiva e de uma educação que seja uma educação para tolerância. Eu fico muito preocupada quando vejo argumentos, vinculando a uma suposta ideologia de gênero, a garantia, dentro da escola, de todas as formas de expressão que existem na sociedade e que existem dentro das escolas. Vocês sabiam que o maior motivador de *bullying* nas escolas é a orientação sexual? Jovens, adolescentes, que sofrem violência, sofrem preconceito. Eu acho inadmissível que vozes da intolerância queiram impor a sua visão para um plano municipal de educação que tem de ser para todos, garantindo todas as formas de combate à intolerância e todas as formas de combate ao preconceito.

Para concluir de fato, Presidente, eu sou muito otimista. Porque esta Câmara foi a Câmara que aboliu a escravidão quatro anos antes no Brasil, esta Câmara foi a primeira a se manifestou contra o Marco Feliciano, que era um homofóbico e que presidiu, lamentavelmente, a Comissão de Direitos Humanos em 2013. Esta Câmara se pronunciou absolutamente contra as baboseiras e as intolerâncias do Jair Bolsonaro. Eu tenho a convicção de que os Vereadores não aceitarão retrocesso e votarão pela liberdade, contra a intolerância.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLE nº 010/15.

---

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Ver. Paulo Brum, Srs. Vereadores e Sras Vereadoras, eu estou surpresa com a chegada nesta Câmara de uma busca de recursos para a educação. São U\$ 80 milhões para realização de operações de crédito para a rede municipal expandir a educação integral, a Ver.<sup>a</sup> Fernanda, já leu aqui. Também há o objetivo de melhorar o desempenho escolar, de aprimorar práticas pedagógicas de supervisão e fortalecer a capacidade institucional, por meio da implantação de ferramentas de monitoramento e avaliação, incluindo a implantação do Sistema de Avaliação Educacional de Porto Alegre – SAEPA, e do desenho e implantação do sistema de monitoramento da qualidade da Educação Infantil, dentre outras medidas.

Bem, senhores e senhoras, estes recursos todos para investimento em educação, nós, em princípio, não somos contrários, desde que esse investimento seja resultado de debate com a cidade de Porto Alegre e com a Rede Municipal de Ensino, porque há uma proposta de instituição de um sistema de avaliação. Eu não vi nenhum debate com a categoria, a não ser a proposta que fizemos, da qual participei ativamente e cuja redação votamos e melhoramos no Congresso, para constituir um sistema próprio, participativo, democrático, com parâmetros e critérios, a partir do desempenho e da avaliação de cada escola. Um sistema para que a própria rede se acompanhe e acompanhe o seu desenvolvimento, o investimento e avalie todos os órgãos envolvidos, não só a escola ou não só o aluno, como muitas vezes se propõe a fazer.

Lamentavelmente, Ver.<sup>a</sup> Fernanda, que debatia, Ver. Alex e Ver.<sup>a</sup> Jussara, o Governo não abre mão de colocar critérios numa de suas Mensagens Retificativas, que é um dos elementos que nos dizem que o Governo não respeita a gestão democrática, porque um plano construído coletivamente, que o Governo coordenou o Congresso, não fez o debate com a categoria, não disputou com a categoria, não mobilizou pessoas para debater no Congresso, que era o fórum correto, Ver. Pujol. Praticamente, não fez nenhuma defesa, nem das entidades conveniadas. Aliás, mandou para cá sem as conveniadas. Quem assinou foi o Prefeito Fortunati, que mandou para esta Casa não prevendo a rede conveniada e não prevendo mais educação nem nada. E o Governo, numa das medidas que colocou depois do Congresso, Ver. Janta, é colocar critérios de mérito e eficiência, meritocracia, enfim, na questão da gestão democrática, que essa Rede Municipal de Ensino é contrária, absolutamente contrária. Então, quando busca um recurso lá no BID e diz que vai fazer um projeto de avaliação, a rede tem que saber que o Governo não está

---

pág. 43

---

discutindo com ela um projeto que chama SAEPA – Sistema de Avaliação Educacional de Porto Alegre. Acho que a rede nunca ouviu falar: SAEPA.

**O Sr. Reginaldo Pujol:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Vereadora, eu lhe ouço, como sempre, com a maior atenção. Acho que são pertinentes as colocações que V. Exa. está fazendo, ainda que não muito apropriadas nesta matéria. Eu lhe faço um apelo: justifique a sua posição com a competência que lhe é peculiar, e, no final, recomende a aprovação do empréstimo para a educação, que nós não vamos negar. Tenho quase certeza de que V. Exa. vai concluir afirmando assim.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Com certeza, Ver. Pujol. Agradeço a Vossa. Exa. Eu já disse no início que recursos para a educação são bem-vindos. A minha argumentação toda é no sentido de que a gestão democrática ajude a construir a destinação desses recursos. O Orçamento Participativo, hoje, não decide nem 1% do Orçamento da cidade de Porto Alegre. Então, não é só a Rede Municipal de Ensino, Ver.<sup>a</sup> Lourdes, é o Orçamento Participativo, que lá na Quinta do Portal esperam há cinco ou seis anos pela construção de uma escola de ensino fundamental. Se vêm US\$ 80 milhões para a educação, serão respeitadas as prioridades votadas e conquistadas pelo Orçamento Participativo? Como a escola da Glória? Lá na Glória tem um terreno, é uma luta de dez anos ou mais esperando por uma escola nova. Então, a medida do plano, se nós medirmos pelo Plano Municipal de Educação... E aí Ver. Villela, eu gostaria de entender a sua posição, V. Exa. é da base do Governo, a Liderança do Governo é do seu Partido e V. Exa. entra com uma emenda retirando todas as estratégias do Plano Municipal de Educação. Então, acaba o Plano; ficam só metas! E não há como executá-las. E o Governo falando, desrespeitando absolutamente o 5º Congresso. Então, recursos para a educação, sim, Vereador-Presidente nesta semana - a quem eu parabeno -, mas, por favor, respeitem a gestão democrática, que é conquista da educação brasileira.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** A Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir o PLE nº 010/15.

---

**A SRA. LOURDES SPRENGER:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quando se trata de números, tenho uma grande preocupação, porque é uma área em que eu atuei por longos anos: empréstimos internacionais, só que depois temos que pagar a conta. E eu vejo um exemplo bem à nossa frente que é o Estado do Rio Grande do Sul, a forma como foi recebido, informações que não eram conhecidas durante o período de campanha e que agora vieram à tona, dívidas, valores extraorçamentado, e aí o Governo, a cada mês, se complicando para pagar as contas herdadas por um passado em que sempre se gastou mais do que se arrecadou. Isso não vem de agora, isso vem ao longo dos anos, poucos governos gastaram o equivalente a suas receitas. Vejo aqui e quero registrar a minha preocupação – não vou evitar esse financiamento, mas que a minha preocupação seja pública –, pois aqui estamos aprovando um empréstimo de U\$ 80,8 milhões – e o dólar está alto – para o Município. E mais outro projeto com mais U\$ 3 milhões.

Eu vejo essas contas do Município – e eu emiti um Requerimento e ainda não fui atendida –, que eu gostaria que o Secretário da Fazenda viesse explicar um encerramento das contas em que, segundo alardeou a imprensa, houve pedaladas: remessa de valor de um lado para outro para se ter um resultado favorável. E realmente não se quer que o Município se afunde, que não consiga mais empréstimo, mas vamos respeitar as normas de contabilidade geralmente aceitas, pois sou oriunda dessa área, porque, senão, altera o Plano Plurianual, não tem as informações devidas, prejudica as análises. E, inclusive, será que o Município teria capacidade de pagar todos esses valores? Está aqui, além de outros que já passaram.

Então esse é um alerta para que o Município tenha condições reais, porque se sabe que ele não entrou bem no ano de 2015, que houve todos esses ajustes que hoje não gosto de usar esses termos populares de pedaladas, isso é muito popular para algo tão sério que são os resultados das demonstrações contábeis, a partir das quais se procede à análise, se capacita para empreendimentos, para empréstimos e também para pagamentos. Estou registrando – e não vou usar todo o meu tempo – essa preocupação desses empréstimos significativos que vêm do Executivo para o Parlamento Municipal, aqui representado pelos Vereadores, para ser aprovado. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

---

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** Em votação o PLE nº 010/15. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 010/15.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, Ver. Paulo Brum; obrigada. Eu peço a tolerância dos colegas. É que esta discussão não é menor. Nós estamos muito envolvidos, preocupados com a discussão do Plano Municipal de Educação versus recursos na educação.

A Mensagem Retificativa que vem a esta Casa retira muito de conquistas que a categoria já tem e de projeções que a categoria faz para qualificação da educação. Então, quando a categoria vota num congresso que a informatização tem que chegar em todas as salas de aula, que tem que ter *wireless* em toda a escola, porque a informática tem que deixar de ser uma sala com 15 computadores, sendo que só sete funcionam e que uma turma só consegue uma vez por semana lá, que nós temos que evoluir para um computador por aluno, a Mensagem Retificativa do Governo, Guadalupe, propõe retirar esse item. E o argumento, Prof. Alex, dos técnicos que representam a Prefeitura: “Ah, como é que nós vamos ter recursos para isso?”. Mas são em dez anos. E aqui o Governo está contratando neste projeto US\$ 80 milhões. O Governo respeitará ou não respeitará o construído coletivamente num congresso de educação para ser o Plano Municipal de Educação para os próximos dez anos?

Quando as escolas insistem na qualificação e na remodelação do espaço físico, quando insistem em terminar com a terceirização – é um outro item importantíssimo, porque hoje o Governo Municipal poupa recursos contratando de forma terceirizada as funcionárias de limpeza e de cozinha. E isso é um drama na escola. A escola tem que fazer cesta para ajudá-las; num dia elas têm, noutra dia não têm passagem para ir trabalhar na escola. Outro dia, a empresa “deu no pé”, acabou o convênio, não pagou o contrato, não paga a rescisão, elas não sabem quem vai contratá-las, não sabem se têm emprego. E aí, a meta que veio para cá, em dez anos, Ver. Janta, progressivamente substituir a terceirização e contratar por concurso funcionários de limpeza e cozinha. E o Governo não aceita essa estratégia – não é uma meta, é uma estratégia. Na gestão democrática o Governo não aceita, mandou uma Mensagem Retificativa dizendo que não vai acabar a terceirização na educação. Mas está contratando US\$ 80 milhões para colocar na educação. Se não é para a terminar com a terceirização, como é que vai fazer o sistema de avaliação que

---

quer fazer, que está anunciando o sistema avaliação do sistema educacional da Rede Municipal de Ensino. Para nós, qualidade de ensino significa o coletivo de educadores, de professores, de funcionários permanentes e qualificados na escola. Porque isso garante um bom ambiente e aprendizagem, todos os adultos da escola são educadores, todos devem participar do processo da elaboração do plano político-pedagógico do Conselho de Educação e investir no processo pedagógico. Nós estamos com a Frente Parlamentar, o Ver. Professor Alex tomou a iniciativa contra a violência na escola. E uma das pautas, que nós sabemos que não resolve tudo, mas é uma pauta fundamental, é a presença do guarda na escola. Nós, com um guarda permanente, temos um educador também, que instala uma autoridade, que qualifica a relação com a comunidade escolar, que diminui muito o atrito da violência em relação à escola. Que, em algumas situações nossas já foi até presidente de conselho escolar na nossa Rede, pelo envolvimento que a escola tem com todos os educadores. E nós entendemos que a Prefeitura tem que suprir de guardas. Não pode não nomear, não pode não prever. Então, nós estamos falando sim de escolhas em educação. Eu vou insistir nisso, porque nós vamos votar U\$ 80 milhões, quero dizer que não há nada no processo que diga de forma mais alargada como serão decididos esses investimentos; será respeitado o Orçamento Participativo; nós vamos confiar que é recurso na educação. Mas nós vamos vigiar e exigir que o Conselho Municipal da Educação aprove os investimentos desses recursos e que os segmentos da comunidade escolar também o faça. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** Em votação o PLE nº 010/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** por unanimidade.

**O Sr. Cláudio Janta (Requerimento):** Eu queria pedir a compreensão dos Vereadores e dos Líderes para incluir na quarta-feira, o Processo nº 1.496/15, que é uma Moção de Repúdio, que nós estamos apresentando contra dois Vereadores do meu partido, o Solidariedade, o Sr. Odilon Rocha de Sanção e o Sr. Josenito Oliveira, que envergonham o nosso partido. Hoje, nós protocolamos também no Partido o pedido de expulsão desses senhores, que foi acatado pela Direção nacional do nosso partido. Nós estamos

protocolando um pedido de uma Moção de Repúdio a essas pessoas. Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem de priorização de votação para a Moção de Repúdio na Ordem do Dia de quarta-feira.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**A Sra. Sofia Cavedon (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pela Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon. (Pausa.) Visivelmente não há quórum. Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h36min.)